

Ata nº 7

12 de fevereiro de 2026

Aos **doze** dias do mês de **fevereiro** de **2026**, pelas **21** horas e **18** minutos, teve lugar a Sessão Ordinária de fevereiro, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, Paulo Alexandre de Azevedo Pereira dos Santos. Constituíram ainda a Mesa, 1ª Secretária em exercício, Ana Paula de Paiva Godinho da Silva Dias e o 2º Secretário em exercício, Pedro Manuel Vieira Alves de Oliveira. -----

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Alexandre Miguel Capacho Vila Real, Álvaro Almeida dos Santos, Ana Clara Nobre Durana, Ângela Eugénia Ferreira de Pinho, António Fernando dos Santos Rocha, Aurora Marina Paula Ferreira e Teixeira, Carla Isabel Argueles Cáceres, Daniel Fernando Almeida Moreira Couto, Diogo Filipe Prada da Silva, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Faustino Tavares de Sousa, Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto, Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes, Hugo José Silveira da Silva Pereira, Inês Sofia Oliveira Alves, Jéssica Silva Soares, Joana Cristina Côrte Ferreira, Joaquim Moreira Barbosa, Liane Mazzer, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Moraes e Sousa, Mário João Oliveira Almeida Duarte, Marta Cristina Pereira Marques, Marta Filipa Carvalho Moreira da Silva, Mónica Alexandra da Silva Almeida, substituído por Andreia Volta e Sousa Ramos, Pedro Manuel Vieira Alves de Oliveira e Rúben David da Silva Pinto. -----

Os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Alfredo José Ribeiro da Rocha, Ana Luísa de Oliveira Ferreira, Andreia Maria Ferreira Teixeira, António Arlindo Monteiro Pinto, Cláudio Alexandre Pereira Peixoto de Melo, Eduardo José Moreira de Matos, Fábio Emanuel Sá Rocha Oliveira Pinto, Fernando Constantino Augusto Ramos, Fernando Ferreira da Silva Duarte, Gustavo Leite Gama, Joaquim António Dias Tavares, Jorge Filipe Gomes Castro, José António Soares Ribeiro, Luís António Neto Castro de Oliveira, Manuel António Coutinho Ferreirinha, Manuel Joaquim de Sousa Félix, Manuel Jorge Moreira da Silva, Manuel José Dias Oliveira Gama, Nicolino Eduardo da Silva Ribeiro, Pedro Miguel Barbosa Moreira, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Sérgio Francisco dos Santos Baptista e Vasco António de Castro Bezerra. -----

Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais: André Filipe Dias Tavares, substituído por Ricardo Filipe Mesquita Sequeira, Beatriz Castro Pinto, substituída por José Alberto Pereira Mota da Costa, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, substituído por Manuel Joaquim Freitas dos Santos, Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel, substituído por Andreia Volta e Sousa Ramos e Rui Pedro Fernandes Teixeira, substituído por Adriana Emília Amaral Costa. -----

Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído(a) nos termos da Lei pelo seu representante legal, os(as) seguintes Presidentes de Junta: Sara Raquel Rodrigues Magalhães, que foi substituída por Hugo Miguel Leite Tavares. -----

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes, o Senhor Vice-Presidente Firmino Jorge dos Anjos Pereira e os Senhores(as) Vereadores (as):

- 5 Elizabete Cristina Cardoso da Silva, António Fernando da Silva Rodrigues Machado, Carla Maria Rodrigues Costa, João Paulo Moreira Correia, Maria José Guerra Gamboa Campos, Joaquim César Ramos Rodrigues, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, Delmino Albano Magalhães Pereira e António Fernando de Sousa Barbosa. -----

Ponto 1 - Público.

- 10 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício**, antes de dar início à Sessão, duas palavras, uma delas tem a ver com o congratular com a normalidade democrática com que decorreram os últimos atos eleitorais, nomeadamente para a eleição do senhor Presidente da República, sobretudo num tempo que foi um tempo marcado por tempestades e tempestades que assolaram todo o país e, também no nosso concelho. E congratular com o facto de os nossos serviços da Câmara Municipal, Proteção Civil e Bombeiros, em todos os
- 15 serviços de apoio, terem estado à altura daquilo que foi necessário. Estamos todos de parabéns, mas, uma palavra muito especial aos Bombeiros, à Proteção Civil, à Polícia Municipal, às instituições do município e fora do município, aos voluntários, pelo que fizeram no nosso concelho. -----

- Senhora Rita Rodrigues, Freguesia de S. Félix Marinha**, na sua intervenção, como representante dos moradores da Rua do Areal da Marinha, traz a esta Assembleia Municipal um tema que se arrasta há décadas,
- 20 os moradores de uma das ruas mais a sul deste concelho pedem condições básicas de habitabilidade. Está-se em 2026 e continuam sem estar integrados na Rede de Águas de Gaia, sendo abastecidos por Espinho, sem acesso à rede de saneamento. Circulam diariamente numa rua de terra batida, sem pavimentação. Têm plena consciência que existem algumas irregularidades na rua, no entanto, também sabem que existem habitações legais, algumas datadas de 1951. Têm dito que a razão para a ausência de uma intervenção pretende-se ao
- 25 facto de estarmos inseridos na estrutura ecológica fundamental que se estende desde a Avenida da Liberdade até ao mar. Questionam como é que é possível que todo o quarteirão seja abrangido por este regime e ainda assim, apenas a Rua do Areal da Marinha seja excluída de pavimentação. Pedem ainda a criação de infraestruturas essenciais, dignificando esta área e os seus moradores. Havendo vontade política, tudo se consegue. -----

- 30 **Senhor Ricardo Serra, Freguesia de Vila do Paraíso**, na sua intervenção expôs uma situação particular, porque desde que mudou para Vilar do Paraíso tem sofrido há 14 anos, 15 neste momento, de inundações consecutivas provocadas pelo saneamento na rua. Expôs à Câmara de Gaia, às Águas de Gaia, ao Diretor das Águas de Gaia, mas ainda sofre com as inundações. Se não fosse o deputado Alexandre Vila Real, hoje não estava cá a expor este caso. São 15 anos a sofrer torturas e o que é certo é que sempre que chove, as águas
- 35 residuais entram pelo saneamento adentro e quando chove as águas entram pela casa. Tem a casa destruída, trata-se de uma família que está em causa, gostaria de pedir aqui na Assembleia a atenção da Câmara de Gaia para uma situação que as Águas de Gaia têm conhecimento há muitos anos. São 15 anos de inundações e o que é facto é que toda a gente “empurra”, mas continua numa situação deplorável, porque as inundações existem e sempre que chove, não é num caso de um temporal, é todos os anos, sempre que chove. -Apela à
- 40 Assembleia em geral e ao senhor Dr. Firmino, porque já lhe enviou um vídeo. As Águas de Gaia têm um projeto em papel e a resposta que dão, é que não há orçamento para fazer uma obra daquela envergadura. Custa a ouvir porque paga as suas despesas e contribui com as suas obrigações, e neste momento os filhos é que sofrem traumas e o próprio também, porque não consegue descansar com as inundações na Rua Dr. António Vale, número 595 em Vilar do Paraíso. -----

5 **Senhor Tiago Oliveira, Freguesia de Olival**, disse que a sua questão é relativamente à Polícia Municipal, sendo que a informação que dispõe e que foi transmitida aos agentes, é que iriam estar na nova sede no mês de janeiro. O que é facto é que estamos em fevereiro e os mesmos ainda continuam no mesmo local, agravando a situação, além dos agentes que já lá estavam, foram também trazidos os outros agentes que estavam noutro local. O local em questão não tem definitivamente condições para suportar todos os agentes. Infelizmente não
10 foi possível transmitir ao vereador do meu partido porque o mesmo se desfilou e daí a sua vinda aqui. -----

Senhor João Manso, Freguesia de Oliveira do Douro, disse ter votado neste projeto e, integrado a lista da coligação na freguesia de Oliveira do Douro. Esta escolha confere-lhe a responsabilidade acrescida. Sente o dever de dizer que não se revê totalmente na forma como o senhor Presidente tem comunicado com os cidadãos nas redes sociais. No caso recente do Marés Vivas, considera que, mesmo não tendo sido tornada
15 pública a relação entre investimento e retorno para a cidade, a Câmara esteve correta na defesa dos interesses do município. É legítima a posição do promotor, como é legítimo que a Câmara não ceda quando não existe encontro de interesses. O que o preocupa é o tom e a forma de comunicação pública, quando assenta na guerrilha permanente, em dedos apontados, no confronto estéril e na ausência de elevação política. Esse foi sempre o modus operandi do anterior presidente e que hoje também vemos na atual oposição do Partido
20 Socialista. Gaia precisa de um executivo que seja diferente disto, optando antes por uma política de serenidade, elevação e foco institucional. Posto isto, o ponto concreto que o traz aqui hoje, questionar o executivo sobre os motivos que levaram à suspensão e eventual realocização do skatepark de Canidelo, uma obra que já estava concluída. Trata-se de um projeto positivo para o concelho. Promove a prática desportiva, incentiva estilos de vida saudáveis e cria um espaço de convivência numa zona amplamente frequentada pelas famílias gaienses.
25 Estes tipos de equipamentos fazem parte integrante de uma política urbana orientada para o bem-estar e para a ocupação positiva do espaço público. Os utilizadores de parques não devem ser alvo de preconceito nem associados a uma ideia de insegurança. Até ao momento, os argumentos tornados públicos para esta suspensão parecem insuficientes. Gostaria por isso, de pedir nesta Assembleia um esclarecimento mais claro e detalhado sobre as motivações concretas desta decisão camarária, sobretudo quando Gaia se prepara para
30 ser capital mundial do desporto em 2028. Este tipo de infraestruturas não é acessório. É coerente com a ambição e visão de cidade que promove saúde, inclusão e qualidade de vida. É isso que espera deste executivo. -----

Senhor Vítor Marques, Freguesia de Vilar do Paraíso, na sua intervenção disse que os obstáculos terão de ser ultrapassados, note-se, no entanto, que não é intenção dizer-vos que é fácil a tarefa a que este executivo se propõe, mas sim porque esperamos dele uma ousadia maior. Sabe que as dificuldades são sempre do tamanho
35 das intenções. No entanto, é na nossa coesão que reside a nossa força. O que aconteceu em Gaia foi o abrir de uma nova via política de extrema importância. Gostaria, que Vilar do Paraíso fosse um risco. Risco esse que valesse a pena assumir com as suas ações em prol do desenvolvimento da freguesia e dos vilarenses. Agradece desde já a intervenção na zona de Cadaval, na Rua do Jardim, será o princípio de muitas mais intervenções em Vilar do Paraíso, conforme documento em anexo (**vide anexo 1**). -----

40 **Senhor André Pereira, Freguesia de Vilar do Paraíso**, disse, vir hoje a esta Assembleia para fazer a entrega pessoalmente de um parecer por si elaborado que se refere ao anunciado projeto imobiliário para a Quinta do Morgado, no terreno ao lado do cemitério de Vilar do Paraíso. O texto é extenso e eu não vou ler naturalmente todo, mas vou me permitir, se me for autorizado, naturalmente, a ler seis pontos. O ponto um diz qualquer país desenvolvido, só pode ser porque teve em atenção determinados aspetos de organização e gestão que, ao
45 serem observados, conduzem a essa situação. Organizar e gerir pressupõe a existência de um sem número de qualidades dos elementos ativos nesse processo, tais como bom senso e capacidade de análise e de decisão. O ponto dois, diz, tem esta introdução a ver com o publicamente anunciado projeto de construção urbanística

5 da Quinta do Morgado, em Vilar do Paraíso. No ponto três. A sociedade do século XXI, fruto das assustadoras alterações climáticas, já não leva em linha de conta apenas a beleza paisagística, mas também a preservação de condições naturais que permitam evitar o colapso climático. No ponto quatro. A criação de riqueza que o país tanto precisa não pode ser feita a qualquer preço. Vilar do Paraíso não pode ser a Amazónia, cuja utilização selvagem está a contribuir para a destruição do planeta Terra. Como quinto ponto. Os conceitos de desenvolvimento do século XX já não fazem sentido no século XXI. O mundo não está a mudar. O mundo já mudou. Para finalizar, o ponto seis diz o seguinte. temos de deixar de contabilizar apenas dinheiro e passar a construir a qualidade de vida, conforme documento em anexo (**vide anexo 2**) -----

15 **Senhor André Tavares, Freguesia de Gulpilhares**, disse, na qualidade de munícipe e proponente do projeto “DesConecta”, vencedor do Orçamento Participativo Jovem de 2025. Projeto que nasceu com um objetivo claro promover a literacia digital e a Cibersegurança nas escolas do nosso concelho, contribuindo para capacitar os jovens a enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais digital e marcado pela desinformação. O ano de 2025 representou um momento simbólico para Gaia enquanto capital nacional da Juventude, reforçando o compromisso coletivo com a participação e valorização das novas gerações. Foi um período importante de mobilização e de afirmação da juventude no nosso concelho. Entrados em 2026, considero oportuno acompanhar o ponto de situação do projeto Desconecta, que resultou da participação ativa e do voto dos jovens gaienses. Acredito que iniciativas que emergem de processos participativos merecem acompanhamento, continuidade e clareza quanto à sua concretização. Nesse sentido, gostaria de colocar de forma direta e construtiva a seguinte questão ao executivo qual é o ponto de situação e o calendário previsto para a implementação do projeto Desconecte nas escolas do concelho. Estou certo de que existe sensibilidade para a importância deste projeto e para a mensagem que a sua concretização transmite relativamente ao valor da participação jovem. A juventude de Gaia envolveu-se com responsabilidade e entusiasmo. É fundamental que esse envolvimento encontre correspondência em informação clara e em passos concretos. Agradeço desde já a atenção e a disponibilidade para esclarecer este tema Execução do Projeto Vencedor GOP+Jovem 2025. --

30 **Senhor Rodrigo Durana, Freguesia da Madalena**, disse, na qualidade de jovem gaiense e Madalena, prestar uma palavra de apreço e de reconhecimento pela postura deste executivo e do Dr. Luís Filipe Menezes perante a intransigência do promotor privado do Festival Marés Vivas, é imprescindível que mantenhamos esta firmeza perante os interesses do município e, que não cedamos a interesses privados e, mantenhamos essa luta pelos nossos interesses. Agrada bastante perceber que neste curto período de mandato, já se comecem a cumprir promessas feitas em campanha eleitoral e agrada também que neste momento e pela primeira vez em muitos anos, este executivo olhe por Vila Nova de Gaia, pelas suas 24 freguesias e não só por duas ou três. A terminar, deixa um pedido muito simples à oposição para acabarem de uma vez por todas com este discurso e com esta postura de campanha eleitoral. Podemos seguir o exemplo, o bom exemplo dos nossos companheiros aqui do lado do Porto, e seguir o exemplo do Dr. Pizarro, que tem feito uma oposição cordial, construtiva e leal. -----

40 **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes** na sua intervenção em relação à senhora Rita Rodrigues lembrou que assumiu essa responsabilidade em mandatos anteriores pegar num concelho que não tinha saneamento e fazer saneamento que cobriu quase 90% do território. É evidente que os 10% de cidadãos de ruas e de estradas que eventualmente ainda não têm preocupam-se legitimamente com a sua casa. É o que aconteceria comigo. Certamente. Por acaso eu também moro em Gaia. Também não tinha ainda águas pluviais à porta. Que também é uma grande complicação. Mas tem toda a razão. Agora, como é óbvio, com tantas ruas, tantas estradas em Gaia, há razões diversas para que isso tenha acontecido, quer no passado, quando eu tive responsabilidades que eram eventualmente, durante os mandatos dos últimos anos

5 de outros que tiveram responsabilidades. As razões tinham a ver com o facto de serem ruas curtas, com grandes pendentes e precisarem de bomba que eram bastante caras para um número reduzido de utentes. E depois há outras explicações, mas de qualquer maneira até verifiquei que o abaixo-assinado que apresento que têm muitas assinaturas e, portanto, aquilo que eu lhe peço só era se, por favor, no final me deixava ficar o seu número de telefone para eu poder averiguar amanhã ou na segunda-feira aquilo que se passa. E eu próprio, o meu gabinete, contactei com a senhora a dar uma explicação, a dizer o que se passa é aquilo que se antevê como uma eventual e, em meu entender, uma justa resposta rápida àquilo que é o desejo de terem legitimamente o saneamento que os outros têm, as águas pluviais que os outros têm em relação à intervenção do Senhor de Vilar do Paraíso. Em relação a duas outras questões: As obras na antiga estrada 1/15, Rua do Jardim diz-me que o senhor vereador que está programada para começar até ao final do mês de Março e, portanto, ser reabilitada toda essa rua. Também. A questão da iluminação na Via 12 está neste momento a ser tratada. Havia muitos problemas desses em Vila Nova de Gaia e em relação ao Cadaval, o senhor Vereador e as Águas de Gaia vão discutir esse assunto a ver que tipo de intervenção no curto prazo lá poderá ser realizada. Em relação à Polícia Municipal, quero tranquilizar. Ainda ontem, em reunião com o Sindicato da Polícia Municipal verificamos que se está a fazer os possíveis para rapidamente encontrar soluções para a curto, médio e longo prazo. Não se pode ultrapassar as regras restritas da contratação pública, temos de as cumprir, têm prazos e, portanto, tudo o que se significa dar uma dignidade à polícia também não é só o espaço e a compra de mobiliário. É a compra de cacifos para os seus equipamentos e, eventualmente, a compra de um novo armeiro, que este estava bastante deteriorado. Discutimos outras questões que são porventura tão ou mais importantes para os polícias, nomeadamente a possibilidade da Câmara por si só, e independentemente da legislação nacional, poder ter iniciativas que melhorem a qualidade de vida destes profissionais. Quanto ao senhor Ricardo Serra, que colocou uma questão parecida com a da senhora Rita Rodrigues. Aquilo que pedia era exatamente o mesmo que deixasse ficar o seu contacto pessoal para poder avaliar a situação pessoalmente e dar lhe uma resposta. Em relação ao senhor munícipe André Pereira, desconhece a Quinta do Morgado, não conhecia o projeto que ainda não arrancou. Tenho de cumprir as leis como todo cidadão, mas olhar para este empreendimento considero um completo absurdo e uma enorme agressão àquilo que é a paisagem urbana e ao bom senso. Portanto, tudo farei junto do urbanismo da Câmara para que olhe para esse projeto com todo o rigor, porque aquilo que ali está é uma concentração absolutamente absurda. Além de que me falam, e eu recorde-me que esteve previsto no passado, para construir um equipamento municipal. Não foi construído por causa de uma ribeira que lá passava e, portanto, qualquer construção para efeito de habitação tem que também respeitar os afastamentos necessários, nomeadamente agora nesta época em que vivemos, mais do que nunca, temos de ser rigorosos em relação a estas matérias. Respeitar as questões que têm a ver com os regulamentos e com as leis ambientais que condicionam esse tipo de construção. Da minha parte, olhar para aquilo, eu diria logo eu não quero que isto se faça. Eu tenho de cumprir leis. Mas, no entanto, também tenho muitas dúvidas que aquele desenho que eu vi há pouco cumpra essas mesmas leis. Portanto, o que eu irei é averiguar com rigor esse projeto. Em relação à intervenção de Rodrigo Durana, que já tinha sido abordado também por outro munícipe, uma nota breve sobre Marés Vivas. Em campanha eleitoral, disse que gostaria que as marés vivas se realizassem no interior do concelho, que fossem uma âncora de visibilidade para o interior do concelho. Parece que já caíram as vivas e só ficaram as marés. Contudo, há 12 anos era o quarto do ranking nacional. O ISCTE faz um estudo anual desse ranking. Agora já estava no décimo lugar, perdeu qualidade ano a ano. Por outro lado, ele não é bom ou mau por se realizar na Madalena ou no Olival. É bom ou mau pelas condições do recinto onde se realiza, e obviamente pelo elenco que é contratualizado para atuar e, portanto, se neste momento a Câmara Municipal tivesse financiamento para contratar o Jet7 dos grandes artistas internacionais, certamente teríamos 500.000 pessoas e só para aí 100.000 iriam para Matosinhos. Até ficamos satisfeitos que o de Matosinhos seja aberto para um gaiense assumido que mora em Gaia, aliás, vai dar um grande concerto daqui a uns dias no auditório de Gaia, que é o nosso amigo maestro

- 5 Rui Massena. Gaia já está presente no Festival de Matosinhos, através do maestro Rui Massena. Contudo, na hora própria, vamos mostrar qual é o projeto de animação já este ano para todo o concelho, com um projeto que terá a animação na cidade que terá a admissão na Costa do Mar. Que terá a animação em várias freguesias através de uma outra moldada organização das festas populares. Mas ainda não está sequer excluída a possibilidade, ainda este ano de um Festival do Interior também se vir a realizar. -----
- 10 **Com a devida autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes, a**
senhora Vereadora Elizabete Cristina Cardoso da Silva, na sua intervenção, em relação à questão que foi
colocada pelo munícipe André Tavares, que questionou sobre o “*GOP DesConecta*” foi de facto o vencedor de
2025, portanto está de parabéns a vários outros vencedores de 2025 que também têm projetos a aguardar
desenvolvimentos. Encontramos neste executivo projetos GOP que estavam por implementar e que tinham
15 sido vencedores em 2023. Portanto, há aqui efetivamente algum atraso no planeamento do desenvolvimento
destes projetos, pelo que oportunamente, este também terá lugar no planeamento das atividades da Equipa
da Juventude. Quanto à questão do parque de skates, aconteceram duas coisas que nos ultrapassam. A
primeira coisa foi que o Ministério Público nos inquiriu sobre a ilegalidade da construção. O Ministério Público
inquiriu nos sobre a legalidade da construção e nós tivemos de averiguar sobre essa mesma legalidade e
20 suspendeu a provisoriamente. Pior que isso, logo a seguir, a APA, que havia dado um parecer ambíguo
inicialmente, acabou por vir dar um parecer que não é ambíguo, que cerceava quase a metade aquilo que era
a concessão do parque. Entre outras coisas, por exemplo, retirava todos os candeeiros, não permitindo a sua
utilização noturna, como estava previsto inicialmente, obrigava a que determinados tipos de pavimentos
fossem alterados determinados tipos de materiais fossem radicalmente alterados, adulterando completamente
25 o parque e reduzindo-o a quase nada. Daí que, perante a situação do Ministério Público, suscitar uma questão
de violação do Plano Diretor Municipal e da APA, suscitar, amputar o parque daquilo que era a sua boa
conceção. Aquilo que nós decidimos foi conversar com o construtor e vamos colocar o parque aqui numa outra
freguesia da cidade, tal qual estava previsto inicialmente, com todos os itens que estão no projeto e não metade
do parque. Queremos um parque inteiro. Vai haver o parque de skate em Gaia num sítio correto que vamos,
30 que estamos neste momento a escolher entre duas ou três possibilidades. Ali foi porque as autoridades que
transcendem a decisão municipal impediram que se concretizasse o projeto ali. -----

Ponto 2 - Período de Antes da Ordem do Dia

- 35 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício,** disse, termos 60 minutos destinados a este
período. Vamos seguir os tempos conforme foram acordados na última reunião do dia 16 de janeiro com o
nosso presidente. E começamos pela leitura e aprovação das cinco propostas de recomendação um voto de
saudação e um voto de pesar. E passaremos depois à intervenção que os senhores deputados entenderem fazer
no final, no tempo remanescente. Começaríamos então, pela primeira proposta de recomendação. Como
sabem, segue a ordem inversa, a ordem de votação. -----

- 40 **Senhor Deputado Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes (LIVRE)** começou por focar que Portugal tem sido
assolado por tempestades e cheias nas últimas semanas. Têm sido tempos muito duros e esta primeira nota é
para as vítimas destas tempestades, mas também para aquelas pessoas que perderam tudo pela qual lutaram
da sua vida. Vila Nova de Gaia não foi e não ficou imune a estas tempestades e também sofreu impactos, o rio
Febros também provocou uma série de inundações e alguns cidadãos ficaram presos e retidos
temporariamente nas suas casas. Estes fenómenos não são epifenómenos, ou seja, não vão ocorrer uma única
45 vez. Estes fenómenos climáticos têm sido cada vez mais recorrentes e os seus impactos têm sido cada vez
maiores e por isso, urge estarmos preparados para fazer face a esses novos desafios. De seguida apresentou

- 5 uma **Proposta de Recomendação**, “Identificação de infraestruturas críticas, sensibilização e distribuição de kits de emergência”, conforme documento em anexo (**vide anexo 3**). -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação a Proposta de Recomendação, “Identificação de infraestruturas críticas, sensibilização e distribuição de kits de emergência”, apresentada pelo Deputado Único do LIVRE. -----

- 10 **Votação:** Rejeitada por Maioria, com 33 votos contra (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL e 03 do CDS-PP), 24 a favor (22 do PS, 01 da CDU e 01 do LIVRE). -----

Senhor Deputado José Alberto Pereira Mota da Costa (CDU) a CDU não podia deixar de usar este momento para solidarizar-se e reconhecer publicamente o trabalho de quantos têm estado no terreno durante as cheias que tem afetado o nosso concelho. Aos trabalhos da Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, aos Bombeiros

- 15 Voluntários de Sapadores, às Forças de Segurança que diariamente dão sinais de profissionalismo e sentido de sentido de serviço público em condições muito exigentes. A população das zonas atingidas pela subida do leito do rio Douro e dos seus afluentes voltam a deparar-se com consequências graves para as suas vidas. A todos eles o nosso respeito e a nossa solidariedade, naturalmente extensível aos seus congéneres de todas as regiões do país, afetadas pelas intempéries dos últimos dias. De seguida, apresentou uma **Proposta de**
- 20 **Recomendação** “Pela Discussão do Regulamento Municipal para o Arrendamento de Habitações Sociais”, conforme documento em anexo (**vide anexo 4**). -----

Senhora Deputada Ângela Eugénia Ferreira de Pinho (PSD) disse que relativamente à primeira parte é evidente que estamos todos de acordo relativamente à situação que o país está a atravessar. Quanto à

- 25 Recomendação relativamente à habitação social, o Grupo Municipal do PSD rejeita esta por ser extemporânea, pois, a Câmara Municipal de Gaia tem já um processo de revisão profundo do Regulamento Municipal de Arrendamento de Habitação. Esta revisão é fundamental para elaborar um regulamento com critérios claros que garantam a justiça, a transparência e a igualdade no acesso a este direito básico, evitando situações de tratamento desigual. A Recomendação hoje apresentada é mais um manifesto partidário que não alinha ideias concretas para a questão e centra o problema em matérias que podem gerar ineficiência. A Câmara Municipal
- 30 de Gaia está a trabalhar num regulamento que pretende definir com rigor quem tem direito ao arrendamento apoiado com base em necessidades reais, sustentado em rendimentos baixos e condições de habitabilidade, de forma a incorporar modificações aos critérios de classificação, retificando inclusive algumas cláusulas que promoviam a iniquidade e favoreciam situações limite, reformulando o arrendamento apoiado, acautelando ainda as situações de emergência social e melhoria das situações de alojamento temporário. E é assente nesta
- 35 premissa que a Câmara Municipal está a trabalhar. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação a Proposta de Recomendação, “Pela Discussão do Regulamento Municipal para o Arrendamento de Habitações Sociais”, apresentada pelo Deputado Único da CDU. -----

- 40 **Votação:** Rejeitada por Maioria, com 33 votos contra (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL e 03 do CDS-PP), 24 a favor (22 do PS, 01 da CDU e 01 do LIVRE). -----

Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) apresentou uma Proposta de Recomendação “Programa Municipal de Multiliteracias para a Cidadania Ativa”, para a criação de um programa de literacia financeira, digital e cívica que promova o ensino da aquisição de conceitos básicos como impostos, crédito,

5 risco, funcionamento das organizações democráticas, segurança online, etc. Este programa tem a vantagem de ser um programa muito flexível, que não exige uma grande estrutura do Estado nem da Câmara e que tem naturalmente e consequentemente, custos mais baixos. Os resultados creio que são evidentes à vista de todos. Vamos criar cidadãos mais bem preparados para a sociedade digital e para os seus desafios, conforme documentos em anexo (**vide anexo 5**). -----

10 **Senhor Deputado Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes (LIVRE)** disse que o LIVRE se irá abster nesta proposta, porque numa só página, leu pelo menos 4 vezes, referências à literacia financeira, literacia do ponto de vista da fiscalidade e afins. Não que nós nos opomos a isso, muito pelo contrário, nós defendemos muito a mais literacia, mas tem de incluir muitos mais vetores de análise que esta proposta não tem. Tem, a premissa subjacente de que são as más escolhas dos indivíduos que os tornam pobres, não se referindo às circunstâncias
15 desses mesmos indivíduos. Para terminar, funcionam na base de que basta mudar certos hábitos para as pessoas singrarem na vida. É um princípio com o qual não concordamos e por isso mesmo, vamo-nos abster nesta proposta, defendendo sempre mais literacia. -----

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) disse, muito sucintamente, que o Grupo Municipal do PS irá estar contra esta proposta por duas razões simples A primeira razão, no essencial,
20 aquilo que ela transmite é muito escasso. Temos aqui alguns princípios gerais sobre literacia financeira e uma ou outra coisa sobre a sociedade digital. Se calhar era muito mais importante falarmos sobre radicalização, por exemplo, sobre o sentido de comunidade. O importante é aquilo que, muito genericamente, refere a IL no seu programa (que é uma proposta, ainda que acho que não tem a consistência suficiente para ser trazida à Assembleia Municipal) está vertido no Programa de Literacia da disciplina de Cidadania e Educação Cívica.
25 Portanto, já faz parte do programa nacional e não conseguimos perceber exatamente qual é o objetivo. O que é que diferencia esta proposta daquilo que já existe neste momento e, portanto, perante essa incapacidade de explicar, talvez tenha sido esta questão que o senhor deputado agora referiu de isto não vai ter grandes custos do Estado, será assim uma coisa montada por privados, portanto, já assenta numa lógica menos pública daquilo que gostaria. -----

30 **Senhora Deputada Inês Sofia Oliveira Alves (IL)** disse, sobre a proposta da IL e, dizer a todos os presentes nesta sala e em casa que, de facto, se existisse literacia financeira naquilo que são as propostas e os programas educacionais neste preciso momento, e também há uns anos, não haveriam propostas como a do LIVRE hoje. Porque se soubermos o número de cidadãos que existem em Vila Nova de Gaia, se multiplicarmos o número desses cidadãos pelo valor do kit, percebemos que gastamos milhões a fazer kits, quando de facto esses kits e
35 esse tipo de aposta poderá ser feita com a intervenção da Proteção Civil de forma preventiva, que é aquilo que algumas freguesias têm feito ultimamente. Por isso, não vamos falar de literacia financeira com o LIVRE. Segundo ponto, de facto, o PS não tem noção daquilo que é o programa-que atualmente existe nas escolas, porque a literacia financeira é opcional. Se soubesse isso, talvez não tivesse feito o que está a fazer agora, ou seja, ideologia de género. Aquilo que aconteceu esta semana demonstra exatamente aquilo que nós temos de fazer. E a formação que temos de dar aos nossos jovens. Não podemos continuar a ter a melhor geração de
40 sempre, liderada pelas pessoas que não têm essa formação. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação a Proposta de Recomendação, “Programa Municipal de Multiliteracias para a Cidadania Ativa”, apresentada pelo Grupo Municipal da IL. -

Votação: Aprovado por Maioria, com 33 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL e 03 do CDS-PP), 23
45 votos contra (22 do PS e 01 da CDU) e 01 abstenção do LIVRE. -----

5 **Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL)** apresentou uma Proposta de Recomendação “Segregação do Canal Metroviário na Avenida da República”, creio que o título desta proposta é autoexplicativo. Segregar o canal metroviário é uma questão de segurança. Irá evitar ou diminuir os atropelamentos e a evasão de veículos externos ao metro do seu canal e irá, consequentemente, provocar uma maior operação do metro. E por isso pedimos o vosso apoio para aprovar esta recomendação, conforme documentos em anexo (**vide anexo 6**). -----

10
15 **Senhora Deputada Ângela Eugénia Ferreira de Pinho (PSD)** É óbvio que a bancada municipal do PSD acha pertinente e partilho as preocupações da IL relativamente à segurança dos peões e mitigação de acidentes e danos nesta avenida. Contudo, como pede uma retificação, se fosse possível uma alteração a esta recomendação, uma vez que recai sobre a Câmara Municipal o ónus da mudança. E nós pedimos para alterar o primeiro parágrafo, dizendo recomendar que a Câmara Municipal exerça influência sobre a empresa Metro do Porto para que a mesma defina medidas de proteção, como por exemplo, barreiras arquitetónicas necessárias para a segregação do canal metroviário e garanta a segurança de quem circula. Em última instância, recorra ao Instituto de Mobilidade de Transportes, que é aquele que tem a competência para definir as normas de segurança e até a fazer também todo o tipo de provisionamento às empresas concessionárias nesta área. Portanto, a Câmara é apenas intermediária. -----

20
O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, referiu haver uma interpelação direta ao grupo da Iniciativa Liberal que, com esta resposta, aceita a proposta e, portanto, vai alterar a proposta, conforme está deixando de ser uma recomendação à Câmara, passando a ser uma recomendação para que a Câmara exerça o poder de influência. -----

25 **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes** na sua intervenção, concorda com a proposta da Iniciativa Liberal. O problema só da redação a dizer porque fazer aconselhar a Câmara a fazer todo o seu esforço para junto de quem tem a responsabilidade da tutela do canal, seguir em diálogo com a Câmara, o desenvolvimento de um projeto que permita até ver essas guardas com respeito das questões estéticas e funcionais da Avenida. -----

30 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício,** referiu que a moção foi alterada no primeiro parágrafo. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação a **Proposta de Recomendação**, “Segregação do Canal Metroviário na Avenida da República”, apresentada pelo Grupo Municipal da IL. ----

35 **Votação:** Aprovado por Maioria, com 34 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 do LIVRE) 01 voto contra da CDU e 22 abstenções do PS. -----

Declaração de Voto do Deputado Único da CDU conforme documentos em anexo (**vide anexo 7**). -----

40 **Senhor Deputado Diogo Filipe Prada da Silva (PS)** apresentou uma **Proposta de Recomendação** “Por reuniões da Câmara Municipal públicas e transmitidas online”. A transparência no exercício do poder local não é apenas um princípio abstrato, a condição fundamental para a sua democracia. Enquanto a nossa Assembleia Municipal avançou recentemente para a transmissão online, as reuniões da Câmara Municipal continuam a apresentar algumas barreiras de acessibilidade à Câmara Municipal. Toma decisões que afetam o quotidiano de todos os cidadãos de Vila Nova de Gaia. É natural e desejável que estes possam acompanhar

5 todas as deliberações sem limitação de qualquer lugar ou momento. Com este acesso mais direto e
descomplicado à informação pública do nosso município, a transmissão online não substitui naturalmente a
presença física, que também deve ser garantida pela realização pública de todas estas sessões do órgão do
órgão autárquico, mas complementa, ampliando o universo de cidadãos que podem exercer o seu direito de
10 escrutínio sobre a governação local. O PS apresenta nesta Assembleia Municipal esta Recomendação,
procurando recolher um consenso partidário mais alargado, reconhecendo que existem aqui outras forças
partidárias que se revêm nesta proposta, conforme documento em anexo (**vide anexo 8**). -----

Senhor Deputado Rúben David da Silva Pinto (PSD) aborda esta proposta do PS, citando uma frase que
consta no preâmbulo da mesma e passo a citar “A transparência do exercício do poder local não é apenas um
princípio abstrato, é uma condição fundamental para a sua democracia”. A primeira questão ao senhor
15 deputado do PS, em que gaveta guardaram durante os últimos 12 anos, a transparência no exercício do poder
local. Tem de recordar que governaram a Câmara Municipal de Gaia nos últimos 12 anos e em que nunca
avançaram com nenhuma medida semelhante. Segundo, tem de lembrar também que iniciaram a transmissão
das assembleias municipais online e passado pouco tempo suspenderam porque assim apeteceu e foi de
conveniência da maioria socialista. Se hoje a transmissão das Assembleias Municipais online é graças a este
20 executivo que assim o decidiu, em nada o PS contribuiu para isto. E ainda sobre a matéria da transmissão das
assembleias, posso dar mais um exemplo do que é o PS, há dias atrás, na última Assembleia de Freguesia de
Pedroso, em 30 de Dezembro, o PSD fez uma proposta de alteração ao Regimento e consequente uma proposta
de recomendação para a transmissão das Assembleias de Freguesia online, como fazia parte do nosso
programa eleitoral, para espanto de todos, foi reprovada pela maioria do Partido Socialista com uma manifesta
25 indicação por parte do executivo dessa Junta de Freguesia. Confessa estar bastante curioso para perceber qual
vai ser o sentido de voto do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pedroso. Relativamente a esta proposta
e com mais um exemplo do exercício do poder autárquico por parte do PS em Gaia, deixa a questão ao senhor
deputado, mas afinal qual é o PS que temos em Gaia? Um PS da transparência, do exercício do poder local ou
do princípio do abstrato por conveniência? Para terminar, recorda que o PS, em reunião de Câmara no dia 10
30 de novembro, votou favoravelmente o Regimento das reuniões de Câmara, que previa reuniões públicas e
reuniões privadas e a respetiva frequência, sem qualquer menção à possibilidade de transmissão online das
mesmas. -----

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) relativamente ao assunto em
questão, senhor deputado Diogo Silva não estava cá na última Assembleia Municipal, mas eu estava e,
35 portanto, já esperava obviamente que o senhor deputado ou algum dos senhores deputados fosse usar esse
argumento. Se bem se recorda, a possibilidade de nós termos assembleias municipais transmitidas online, foi
conseguida e com razão, apoio que por uma iniciativa legislativa da IL na Assembleia da República, ajudou a
ultrapassar uma dúvida legal que havia sobre a possibilidade de transmissão legal das assembleias
municipais, nomeadamente pela questão da proteção de dados dos cidadãos que estavam presentes na
40 Assembleia e que não eram eleitos. Esta questão não é igual e explico porquê. Em primeiro lugar porque
assembleias municipais são todas públicas e todos os cidadãos podem participar nelas e quando se fala de
transmissão, fala-se apenas de alargar essa possibilidade a quem não se pode fisicamente deslocar. Outra coisa
é a realização à porta fechada das reuniões de Vereação, porque as reuniões, se forem públicas, mesmo que
não sejam transmitidas, permitem que os cidadãos se desloquem e possam tomar conhecimento dos assuntos
45 do Executivo. Ao contrário do que o PS fez durante 12 anos, que praticamente todas as reuniões, se é que não
foram todas, foram publicas e, portanto, escrutinadas pelos cidadãos. Aquilo que tem sido prática na Câmara
Municipal de Gaia é precisamente fazer a maioria das reuniões de câmara à porta fechada e, portanto, não se
possibilita nem a transmissão nem fisicamente aos cidadãos escrutinarem esse trabalho. Aquilo que o senhor

5 Deputado invoca, que é a aprovação do regulamento, é em si um argumento falacioso, não pode achar ou presumir que uma coisa é o partido entender que pode haver assuntos que, pela sua natureza, pela sua sensibilidade, devam ser tratados à porta fechada, como é normal em qualquer órgão executivo, outra coisa é fazer isso por sistema e, portanto, perante uma alteração da postura do executivo municipal, que é o de sistematicamente esconder dos cidadãos de Vila Nova de Gaia o processo de tomada de decisão e discussão na Câmara Municipal. -----

10 **Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL)** senhores deputados do PS, vejo e noto que os senhores têm uma opinião na oposição e têm outra opinião quando estão no governo. Uma coisa é transparência, outra coisa é voyeurismo. E acho que é aquilo que vocês querem é voyeurismo, por alguma razão, todos os órgãos executivos, ou a maior parte deles, têm reuniões privadas. Há assuntos na Câmara Municipal que exigem alguma privacidade, se fossem apenas transmitidas as reuniões públicas, talvez, agora como está escrita, esta proposta não tem cabeça e é impossível aprovar. -----

15 **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes** as reuniões públicas serem transmitidas, poderiam ser como são estas sessões e inclusivamente dado que estas matérias não podem ser tratadas de ânimo leve. Respeito a posição, nomeadamente, do partido a que pertenço, de ter reservas neste momento a esta matéria. Pessoalmente, irá refletir sobre isto nos próximos tempos. Mas desde já faz um desafio se os senhores representantes do PS, de hoje assumirem aqui que a partir de agora, as sessões públicas das assembleias de freguesia, as assembleias das reuniões de executivos de maioria socialista passarem a ser transmitidas, nós também transmitiremos as nossas. Podem reunir e consultar os vossos colegas. -----

20 **Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS)** o senhor presidente, foi autarca provavelmente quase mais tempo do que eu. Sou adulto e parece que não sabe que a diferença entre a Câmara Municipal e a Assembleia de Freguesia é que a Câmara Municipal, pelo tipo de órgão que é, constitui-se pelos vereadores da oposição e pelos vereadores do poder. E, portanto, a discussão não é uma discussão interna sobre a organização dos trabalhos do Executivo, mas é uma discussão em que há também contrapoder. E é por essa razão, por essa contraposição, que é importante que se saiba como é que se toma, como é que se tomam essas decisões. E, portanto, o Sr. Presidente confunde órgãos que têm naturezas e orgânicas distintas, sei que é mais fácil esconderem-se atrás da demagogia, mas há limites. Os órgãos têm naturezas diferentes, organizações diferentes e objetivos diferentes. É uma questão que podemos aclarar se os partidos na Assembleia da República quiserem alterar a lei das autarquias locais, não estamos a discutir isso. Se o senhor Presidente quiser dizer sobre as assembleias de Freguesia, o senhor Presidente, mesmo quando o PS foi contra, eu fui a favor dessa transmissão, portanto estou à vontade. Fazamos lá assembleias de freguesia. Agora a questão não é essa. A questão não é de princípio, é de legalidade. A questão é que vamos perceber o que é que estamos a discutir com seriedade nas reuniões do executivo da Câmara Municipal. Há um debate político aos quais os cidadãos devem ter acesso. Não é a mesma coisa que uma reunião do Executivo fechado. Por isso é que o exemplo comparado com o Conselho de Ministros é um exemplo espatafúrdio. Aquilo que estão a revelar aqui é que têm medo do escrutínio. -----

35 **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes** a Lei das Autarquias assumiu uma reunião pública e uma reunião privada. Tinha uma intenção de haver uma reunião pública em que o público pudesse participar e pudesse observar as reuniões de câmara e uma reunião privada, e por isso fez esse equilíbrio. Foi aprovada por unanimidade na Assembleia da República com o voto do PS e, portanto, agora os senhores querem impor aqui uma regra de exceção em relação àquilo que é um regulamento nacional, os senhores permitam a transmissão nas vossas freguesias porque o poder tem vários escalões. Aquilo que se

5 discute nas freguesias é obviamente muito importante para os fregueses, para as pessoas nas freguesias. Portanto, lança aqui esse desafio, sem prejuízo. Porque é que durante 12 anos não transmitiram as assembleias municipais que nós estamos a falar para o povo? Expliquem os senhores, ainda não explicaram aqui ao povo que nos está a ver. Os senhores ainda não explicaram ao povo porque é que durante 12 anos não deixaram transmitir as assembleias municipais. Mas que eu deixo na mesma o desafio até podemos começar por Pedroso
10 já Pedroso deixar de transmitir as sessões de Pedroso e depois nós aqui poderemos também aprovar essa questão nas nossas reuniões de câmara. Porque não? -----

Senhor Deputado Ricardo Filipe Mesquita Sequeira (CH) para fazer uma declaração de voto, o Grupo Municipal do CH vai votar a favor desta moção, porque somos sempre defensores da transparência. Aqui fica a pergunta porque é que não foi no anterior mandato que vocês tinham maioria absoluta? Portanto, isso fica
15 aqui. A questão também fica no ar e que também ainda não foi respondida. Por outro lado, existem também questões sensíveis que são tratadas na reunião da Câmara. Isso tem de ser salvaguardado. Somos a favor, mas há algumas coisas que têm de ser salvaguardadas. Relativamente às Juntas de Freguesia, vamos ver se existe a mesma abertura para o mesmo. -----

Defesa da Honra do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pedroso, Joaquim António Dias Tavares
20 na sua intervenção, foi aqui dito pelo senhor Deputado Ruben, e também percebeu que o Executivo quase condicionou a votação na Assembleia de Freguesia. Foi dito que condicionou, temos áudio na freguesia e sabemos e as reuniões são públicas, o acesso é livre, e qualquer pessoa pode ter acesso a ouvir o áudio das gravações das assembleias. O Executivo não condiciona a posição dos deputados., alerta para algumas dificuldades de implementação e foi aquilo que fez aquando dessas situações. Das situações que poderão
25 ocorrer à posteriori e em função depois da divulgação pública e da tomada de posição de diversos tipos de pessoas e de entidades que muitas vezes ouvem e depois tomam as posições que pretendem. Da minha parte, mal vai a democracia quando um executivo compromete um conjunto de deputados. Os deputados da Junta de Freguesia são autónomos e tomam as posições que entenderem. -----

Senhor Deputado Rúben David da Silva Pinto (PSD) o que foi dito aqui pelo senhor Presidente da Junta de Pedroso não corresponde à verdade. Em momento algum, mencionou aqui que o Executivo condicionou a
30 opinião dos deputados. Se quiser, entrego aqui a minha declaração escrita que você pode ver o que foi dito e em momento algum o fiz. É para repor aqui a verdade na Assembleia de Freguesia de Pedroso O senhor não mencionou problemas técnicos. Aliás, relembro que a primeira vez que falámos esta proposta foi ao abrigo do estatuto de oposição, bastante tempo de antecedência da Assembleia de Freguesia e questionei até
35 posteriormente, por email, a disponibilidade do Executivo de adotar as nossas propostas: zero de respostas. Reitero e pode estar descansado de uma coisa. Na próxima Assembleia de Freguesia levaremos outra vez a proposta. Esperemos que até lá, que seja uma medida que adotem e que aceitem o desafio lançado pelo senhor Presidente da Câmara de aceitar a proposta de transmissão da Assembleia de Freguesia online. -----

Ponto de Ordem à Mesa do Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS)
40 relativamente a este ponto, estava a dizer que obviamente o senhor Presidente Joaquim Tavares estava a ter o direito de defesa da honra. Portanto, esse tempo não deve ser contabilizado no tempo de intervenção do Partido Socialista, porque ele foi diretamente visado. -----

Defesa da Honra do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pedroso, Joaquim António Dias Tavares
na sua intervenção, o senhor Deputado disse que a Junta de Freguesia ou o Executivo o condicionou, foi por
45 isso que vim aqui defender a honra. Porque disse isso aqui, certo? -----

5 O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação a **Proposta de Recomendação**, “Por reuniões da Câmara Municipal públicas e transmitidas online”, apresentada pelo Grupo Municipal do PS. -----

Votação: Rejeitado por Maioria, com 29 votos contra (23 do PSD, 03 da IL e 03 do CDS-PP) e 28 votos a favor (22 do PS, 04 do CH, 01 da CDU e 01 do LIVRE). -----

10 Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Canelas, Ana Luísa de Oliveira Ferreira apresentou um **Voto de Saudação** “100 anos da Associação Desportiva e Cultural de Santa Isabel”, conforme documento em anexo (vide anexo 9). -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação o **Voto de Saudação** pelos “100 anos da Associação Desportiva e Cultural de Santa Isabel”, apresentado pelo Grupo Municipal do PS. --

15 **Votação:** Aprovado por Unanimidade. -----

Senhor Deputado António Fernando dos Santos Rocha, (PSD) apresentou um **Voto de Pesar** “pelo falecimento de Manuel Rodrigues da Silva”, conforme documento em anexo (vide anexo 10). -----

Senhor Deputado Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto, (IL) uma breve nota. Era tradição, no anterior mandato, sempre que naturalmente, havia a apresentação de um voto, de pesar, haver um minuto de silêncio aqui por todos os elementos da Assembleia Municipal que, caso assim o entendessem, teria todo o gosto também em fazer pelo Manuel Luís da Silva. Acho que seria merecido. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação o **Voto de Pesar** “pelo falecimento de Manuel Rodrigues da Silva”, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD. -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

25 O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, procedeu a um minuto de silêncio. -----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Olival, António Arlindo Monteiro Pinto na sua intervenção, apresentou um PowerPoint, demonstrativo do que recebeu do anterior executivo da Junta de Freguesia de Olival, com um desequilíbrio gritante na distribuição de funcionários. Olival, ficou no total com 11 pessoas, resultando num desequilíbrio financeiro superior a 6.000 € por mês., um desequilíbrio total até no planeamento que levou aquilo a que chegamos. Outra irresponsabilidade, o abandono a que foi deixado o Auditório do Olival, em dez anos a obra mais visível foi a ampliação do centro de Saúde, que também está neste auditório. Em dez anos, a obra mais visível foi essa, e mesmo essa, com a água a cair em cascata sobre tetos de pladur recém-colocados. Na Segurança Social, as pessoas aguardavam o atendimento de guarda-chuva aberto. Isto não é uma metáfora, é a realidade. Tentaram passar a imagem que herdámos, contas certas, mas o que herdamos foram problemas escondidos, decisões adiadas e manutenção ignorada. Herdámos as consequências e não as soluções. Temos, ao que parece, nas contas e não o que parece, mas pesa na vida das pessoas, conforme o PowerPoint que passou durante a intervenção. -----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gulpilhares, Alfredo José Ribeiro da Rocha, na sua intervenção, fez uma exposição, referindo que tendo esta Assembleia Municipal a responsabilidade de fiscalizar, questionar e exigir transparência, ter a coragem de trazer a público uma situação grave, herdada em milhares. A falta de

- 5 aplicação do SIADAP aos trabalhadores durante vários ciclos de avaliação. Este processo poderá causar um grande impacto económico e financeiro na gestão do mandato. Estamos a falar do incumprimento de um instrumento legal obrigatório, criado para garantir o mérito, justiça e eficiência na administração pública. Como sabem, os trabalhadores ficam impedidos de ter qualquer progressão na carreira. Estamos a falar de
- 10 pessoas que trabalham anos ao serviço da comunidade e hoje vêm sobrecusto de carreiras incompleto, desatualizado e incorreto. Isto não é um detalhe técnico, é uma avaliação. É uma violação dos direitos. Afeta salários, reformas, pensões, subsídios e a própria segurança social futura destes trabalhadores. É inaceitável que uma autarquia permita que erros administrativos ou omissões políticas prejudiquem, diretamente a vida
- 15 pessoal e familiar de quem sempre cumpriu o seu dever. O resultado está à vista, trabalhadores com carreiras bloqueadas, serviços fragilizados e uma administração local afastada dos princípios da governação. Mais trabalhadores que avançam por processos judiciais com pedidos de indemnização com mais de 30.000 €.
- Outros ainda que aguardam a regularização do processo com a reposição dos tempos de serviço, alguns inclusive com afetação a mais de 25 anos de carreira, convém dizê-lo com clareza. E que fique claro mesmo que hipoteca o nosso mandato. Acima de tudo, é uma questão de direitos. A valorização dos trabalhadores começa pelo cumprimento da lei. É uma autarquia que não respeita os seus próprios trabalhadores, perde a
- 20 autoridade moral para exigir seja o que for e muito menos aos cidadãos. Esta Assembleia deve questionar, acompanhar e exigir resultados. É isso que esperamos Escrutínio, exigência e responsabilidade política, conforme documento em anexo (**vide anexo 11**). -----

Ponto 3 - Período da Ordem do Dia.

3.1. “Discussão e Votação da Ata nº 3 de 09 de dezembro de 2025”. -----

- 25 O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício submeteu a votação a Ata nº 3 de 09 de dezembro de 2025. -----

- Votação:** Aprovada por Unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os(as) Srs.(as) Deputados(as): Ricardo Filipe Mesquita Sequeira, José Alberto Pereira Mota da Costa, Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes, Manuel Joaquim Freitas dos Santos, Marta Filipa
- 30 Carvalho Moreira da Silva, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Pedro Manuel Vieira Alves de Oliveira e Hugo Miguel Leite Tavares. -----

3.2. Eleição do Presidente de Junta de Freguesia ao Conselho Municipal de Educação. -----

- Foi apresentada 01 Lista, denominada Lista A, tendo sido aprovada com 32 votos a favor, 01 votos contra, 24 votos brancos e 00 voto nulo. Foi, pois, eleito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia
- 35 de Gulpilhares, Alfredo José Ribeiro da Rocha. -----

3.3. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Saldo de Gerência do Ano 2025, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”. -----

- Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS)** relativamente a este ponto, sobre
- 40 o saldo de gerência, algumas notas são relevantes, especialmente atendendo ao debate que nós temos tido continuamente desde o início deste mandato, sobre a situação financeira do município. Tivemos aqui um

5 confronto, duas visões diferentes sobre a situação financeira do município, sobre a necessidade, eventualmente de alguma contenção da Câmara Municipal. Mas verdadeiramente somos confrontados com este saldo de gerência e só podemos dizer que, de facto, a situação financeira do município é invejável. Ora bem, do saldo de gerência nós temos cerca de 92 milhões € que transitam do ano passado para este ano, sendo que desses 92 milhões € esses dois 92 milhões € comparam com 41,5 do ano anterior. Portanto, podemos dizer que mesmo em ano de eleições autárquicas, ao contrário do que seria normal, a contenção do PS permitiu que este que este executivo herdasse uma boa situação financeira, aliás, bem capaz agora de realizar algum investimento extraordinário que provavelmente até não estariam a esperar. Mas pode-se dizer também que, dentro disto, a receita líquida é aquilo que é mais importante sobre a possibilidade de despesa que aumenta de 3 milhões de € em 2004 para 37 milhões de € em 2025. Ora bem, eu acho que este saldo de gerência desmente aquela que tem sido a narrativa do executivo municipal até ao momento. Aliás, não se compreende, até porque, aliás, como nós fomos alertando que este que esta coisa que aqui nos é apresentada e que inclui, por exemplo, ou podemos dizer, por exemplo, para só para 2026 temos previstos cerca de 70 milhões € de fundos comunitários, nomeadamente o PRR do PT 20-30 e, portanto, que não havia justificação alguma, não só para a narrativa que foi montada pelo executivo municipal, mas sobretudo para se cortar, por exemplo, 25% do financiamento aos clubes do concelho de Vila Nova de Gaia. Terminar com o programa dos passes de Andante para os mais de 65 anos. Suspender que agora, felizmente, graças ao alerta do PS, parece que já foi retomado. O programa Gaia Cuidador ou a proposta de aumentar o IRS que foi inicialmente proposta pelo executivo municipal. Ou ainda não ter ido mais longe no IMI, com a possibilidade de se diminuir o IMI, tal como era proposta do Partido Socialista. E portanto, chegamos a este momento em que, de facto, perante a evidência dos factos que é esta que são os números apresentados pelo Executivo do Município, se pergunta porque é que andámos durante este tempo a discutir esse tal descalabro financeiro, essa irresponsabilidade que os senhores membros do Executivo foram falando durante estes últimos meses? Porque, de facto, eu acho que poucos serão os municípios capazes de atrair para um ano 70 milhões € de fundos comunitários ou capazes de passar aqui para um saldo de gerência na ordem dos quase 40 milhões €. Aliás, hoje aqui não está presente, infelizmente, o senhor deputado do CDS, Luís Nogueira, que tantas vezes veio aqui falar sobre o lucro da Câmara Municipal e por acaso gostava que estivesse presente hoje para ver de facto a grande vantagem financeira de que vai beneficiar o executivo atual. Portanto, isto para dizer que, sucintamente, de facto, nós podemos, no âmbito da criatividade, do discurso, do discurso público, tentar levar os nossos cidadãos para a mensagem que nos é mais conveniente. Mas perante a evidência dos factos, é difícil desmentir a realidade que aqui temos. E, portanto, o PSD é. Quer dizer, agora temos uma coligação alargada, não é? O PSD, o CDS, a IL e o CH. Aliás, como eu já tinha referido previamente nesta Assembleia, fui desmentido na altura. Esta coligação alargada à direita não tem razão absolutamente nenhuma para não cumprir os compromissos com os quais se comprometeu na campanha eleitoral para com os cidadãos gaienses. Nós estaremos aqui vigilantes para ter a certeza de que esses compromissos são, de facto. São de facto cumpridos, porque realmente, perante a evidência destes factos, não há mesmo desculpas -----

Com a devida autorização Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes, o senhor Vereador Fernando Machado na sua intervenção, quanto ao Saldo de Gerência 2025, no montante de aproximadamente 91 milhões €. Deve ser analisado com frontalidade política e rigor técnico. O número desta dimensão pode, à primeira vista, parecer confortável, conforme acabaram agora de afirmar o senhor deputado do Partido Socialista. Mas a responsabilidade desta Assembleia é ir além da superfície dos números. Nós não podemos misturar contabilidade patrimonial com tesouraria. Temos de acabar com este erro de gestão na Câmara Municipal de Gaia, que se arrastava há muitos anos. O que nós estamos aqui a analisar é apenas o resultado da tesouraria da Câmara Municipal e não tem nada que ver com os cerca de 130 milhões € de dívida que nós herdamos. Foram muito claros e dos cerca de 150 milhões de créditos bancários que esta Câmara

- 5 Municipal de Gaia tem. Isto é contabilidade patrimonial. E não vamos misturar com o que estamos aqui a falar hoje tesouraria E agora vamo-nos debruçar na tesouraria. Desde logo, importa esclarecer que 54 milhões € destes 91 correspondem a cabimento subtraídos de pagamentos. Ou seja, significa que estamos perante despesas previstas que não foram pagas no exercício anterior. No exercício respetivo. Não se trata de disponibilidade financeira líquida, mas sim de execução adiada, que era a característica do Executivo anterior.
- 10 Acresce 31 milhões. Senhor Presidente, eu gostava de poder continuar. Acresce 31 milhões € terem sido necessários para financiar despesa corrente. Estamos a falar de encargos estruturais 2,9 milhões € em encargos com instalações, cerca de 4 milhões € em refeições em manuais escolares, 4 milhões € em manutenção de viaturas, edifícios e espaços verdes, verbas significativas na Ação Social e na atividade cultural. No plano das políticas públicas, o saldo foi canalizado para áreas essenciais Habitação, Ação Social, Educação e
- 15 Associativismo. Estas áreas representam necessidades estruturais do concelho. A questão que se impõe é evidente se estas prioridades eram conhecidas porque não foram objeto de maior execução ao longo do exercício anterior. A acumulação de saldo não resolve problemas sociais. A execução atempada sim, ao nível do investimento foram integrados 17 milhões € em obras. Inclui 7.000.000,5 no acordo Quadro Vias 5 milhões na Educação, 2 milhões e requalificações urbanísticas, bem como verbas na saúde e na Protecção Civil. Estes
- 20 valores mostram necessidades reais que exigem intervenção. O recurso ao saldo demonstra que houve investimento por concretizar no momento adequado. Senhoras e senhores deputados, o que está em causa não é o número em si. O que está em causa é o modelo de governação que ele revela. Precisamos de um município que planeie melhor, que execute dentro do exercício orçamental, que reduza a dependência do saldo de gerência e que transforme os recursos públicos em respostas concretas no tempo certo. É essa a exigência
- 25 política que hoje deixamos clara nesta Assembleia. O concelho precisa de mais execução, mais estratégia e mais impacto real na vida das pessoas. E é por isso que este executivo está aqui. -----

- Com a devida autorização Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes, a senhora Vereadora Elizabete Silva** na sua intervenção, relativamente ao Programa Gaia Cuidador, queria dizer ao PS e em especial ao Senhor Vereador João Paulo Correia, que centrassem menos nas redes sociais e mais atentos
- 30 a documentação que lhes é entregue no âmbito das funções. Já tinham visto que as competências do novo organograma para o pelouro da Ação Social referem explicitamente a existência de uma rede municipal de cuidadores. Neste caso, penso que já está tudo esclarecido. Não haverá mais nada a dizer. -----

- Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS)** O senhor Vereador Fernando Machado alegra-me ouvi-lo. Pensava que ia ouvir a resposta da senhora vereadora Carla Costa. Mas afinal
- 35 ainda o senhor vereador ex-vereador das Finanças que nos vais responder? Ainda bem, porque acho que o senhor domina os assuntos, mas podemos não confundir as pessoas. Em primeiro lugar, eu tive o cuidado expresso de, na minha intervenção, lhe falar não só no saldo de gerência, mas fundamentalmente do saldo líquido e, portanto, o sr. Vereador pode enfim, montar uma intervenção bonita a falar sobre as necessidades de execução em Vila Nova de Gaia. Olhe, eu de facto fiquei surpreendido porque agora descobri que os
- 40 municípios têm despesas correntes e têm despesas de investimento e que têm de as executar, que é uma coisa que ninguém esperaria de um município. E também ninguém esperaria. Certamente ninguém esperará depois da sua intervenção. Espero que não volte para o morder, que no fim do próximo ano o sr. Vereador venha aqui apresentar um saldo de gerência zero. Porque eu imagino que o Senhor Vereador vai ter a capacidade de no fim do ano prever exatamente o nível de receita que foi arrecadada durante o ano e que não vai transitar
- 45 saldo para o ano seguinte. E na altura eu quero ver o senhor Vereador a vir dizer a esta Assembleia Municipal que o seu executivo não teve capacidade de execução. Mas como é óbvio, como o senhor, como o senhor vereador sabe bem, todos os municípios no fim do ano têm de avaliar o saldo de gerência, que depende das receitas arrecadadas reais no fim do ano. E, portanto, obviamente o senhor, o senhor vereador, a não ser que

5 execute mesmo muito mal, vai ter saldo de gerência, especialmente no município como Vila Nova de Gaia, em que a receita tem crescido sistematicamente de ano para ano, fruto da melhoria da atividade económica no concelho de Gaia que lhes foi deixada e que resulta da governação dos últimos 12 anos. Aliás, não podemos deixar referir, já agora, que o senhor deputado fala da dívida, da existência de dívida. É óbvio que existe dívida, mas vou-lhe explicar. A diferença é que essa dívida, em primeiro lugar, os compromissos do município passaram de um de um de um prazo médio de 206 dias de pagamento em 2013 para 12 dias em 2025. O que significa duas coisas. Em primeiro lugar, que o município é bom pagador e honra os seus compromissos. E em segundo lugar, que esta Câmara Municipal pode-lhe ter dado deixar de endividamento, o que é natural, para suportar as despesas de investimento. Mas aquilo que não lhe deixa é processos judiciais por falta de pagamento de juros de mora, por exemplo. O senhor vereador bem pode falar bem, pode falar sobre boa execução da despesa. Olhe eu esse exercício farei a partir do próximo ano. Estarei aqui para lhe relembrar das palavras que proferiu agora, tentando enganar as pessoas. Mas cá estaremos para relembrar essas palavras. Por último, queria só dizer-lhe que aquilo que não consegue disfarçar em qualquer circunstância é que as medidas de política pública que os senhores tentaram levar a cabo no Executivo e aprovar e tentaram aprovar aqui na Assembleia Municipal, que resultam precisamente dessa narrativa que construíram de incapacidade financeira do município. Afinal, perante este saldo de gerência e esta capacidade financeira eram injustificadas e era sobre isso que eu gostava de ouvir o senhor vereador. Porque é que os senhores, perante um saldo, um saldo líquido, não vamos falar de saldo total líquido para termos rigor técnico de 37 milhões €. Porque é que cortaram 25% aos clubes? Porque é que cortaram o passe do Andante para os mais de 65? Aproveito para responder à senhora vereadora que diz que a existência da provisão de uma rede municipal de cuidadores não nos garante nada sobre a execução de qualquer programa, porque, na verdade, nós, na apresentação do Orçamento para o próximo ano, também tínhamos incluído a questão dos passes para os mais de 65. É, verdadeiramente esse programa não existe e não está executado e continua a não existir. E, portanto, temos de nos cingir à realidade dos factos. O programa Gaia-cuidador, da informação que nos foi prestada, quer por técnicos, quer pessoas que beneficiavam dele ou que queriam beneficiar dele, foi a informação que foi transmitida pelos serviços da Câmara Municipal, estava suspenso e, portanto, a existência num papel de uma rede municipal não nos garante que venha de facto a ser executado. E, portanto, ficamos à espera alegremente que vocês executem aquilo com que se comprometeram. -----

Senhor Deputado Ricardo Filipe Mesquita Sequeira (CH) em primeiro lugar, deixar claro que o Grupo Municipal do CH não tem coligação com rigorosamente ninguém. Aliás, se o PS estivesse atento em relação à moção anterior, votamos independentemente dos outros. Em relação à discussão relativamente ao saldo de 2025, esta tem sido marcada por duas narrativas opostas. De um lado, afirma que as contas estão péssimas, do outro, garantem que a execução financeira é boa. A verdade, como muitas vezes acontece, não está nos extremos. E é essa a análise séria e responsável que devemos fazer. Os números mostram que o município tem receita efetiva na ordem dos 235 milhões e despesa de 225 milhões. Existe, portanto, um saldo corrente positivo e capacidade de gerar poupança. Portanto, sejamos claros Gaia não está em rotura financeira nem à beira do colapso. Mas isto não significa que as contas estejam bem. O verdadeiro problema não está no equilíbrio formal das contas. O problema está na sua estrutura. Hoje, o município gasta cerca de 172 milhões € em despesa corrente. Isto representa aproximadamente 70% da receita total, ou seja, sete em cada 10 € servem apenas para manter a máquina a funcionar. Serviços, contratos e funcionamento corrente. E quando sobra para o futuro a despesa de capital? Ou seja, o investimento ronda os 43 milhões €, menos de um quinto do orçamento. Isto significa, na prática, que por cada 4 € que o Município gasta a manter a estrutura, investe apenas 1 € no desenvolvimento do concelho. E este é o verdadeiro problema financeiro de Gaia. Não é um problema de falência, é um problema de modelo. Temos um modelo, um município pesado, caro de manter e com uma estrutura de despesa rígida. Um município que consome grande parte dos seus recursos no presente, em vez

5 de os canalizar para transformar o território, melhorar infraestruturas, reforçar a mobilidade, habitação, a requalificação urbana e também a qualidade de vida. E isso é particularmente importante num dos maiores municípios do país, com necessidades evidentes de investimento e com uma população que espera respostas concretas quanto à despesa corrente. Cresce demasiado. O município perde margem de manobra, fica dependente, menos ágil e menos capaz de responder a desafios futuros. Por isso, a questão que devemos
10 colocar nas contas não é se essas contas fecham. A questão é outra. O dinheiro dos contribuintes está a ser usado para manter a máquina ou para desenvolver Gaia? É aqui que os números mostram um desequilíbrio claro. É preciso coragem política para rever estruturas, controlar despesa corrente, avaliar contratos, reduzir custos permanentes e libertar recursos para investimento. Gaia não precisa apenas de contas equilibradas, precisa de contas orientadas para o futuro. Precisa de um município mais eficiente, mais leve e mais focado
15 no que realmente transforma a vida das pessoas. Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, as contas não estão em colapso, mas também não estão ao serviço da ambição que Gaia precisa. E é essa mudança de prioridade que este executivo deve assumir, conforme documento em anexo (**vide anexo nº 12**). -----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Grijó, Jorge Filipe Gomes Castro, na sua intervenção, em agosto de 2020 foi anunciado um novo acesso no sentido sul Norte. Integrado na solução para concluir o nó de Grijó e aliviar o nó dos Carvalhos. Falava-se de um investimento de cerca de 3 milhões € e de uma intervenção estruturante para o concelho. Mas não era apenas uma obra rodoviária. Era parte de uma solução integrada. O projeto articulava Mobilidade com cedência de terrenos na Feiteira para construir dois blocos habitacionais destinados ao realojamento de 55 famílias. Desde então sucederam-se anúncios, intenções e concursos. Mas a realidade não mudou. Continuam dois acampamentos na zona prevista para os acessos e mais dois noutras
25 áreas de freguesia. O problema agravou-se e continua a marcar Grijó. O acesso não foi concluído. Não foi construído sequer. O nó de Grijó continua incompleto. O realojamento não avançou. O que falhou não foi o diagnóstico, mas sim a execução. Quando olhamos para o saldo de gerência que transita para 2026, devemos questionar o porquê. Algumas respostas. Transita porque investimentos estruturantes ficaram por executar. Transita porque decisões anunciadas não passaram do papel. Não estamos a falar de números. Estamos a falar
30 de mobilidade adiada e de um problema social que permanece inato, intacto. O saldo de gerência, neste caso, o reflexo claro de anos de adiamento. -----

Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) depois de ouvir a intervenção do líder municipal do PS, eu só lhe queria recomendar que ouvi dizer que a Câmara Municipal de Gaia vai implementar um programa de literacia financeira. Eu o convido a inscrever-se porque o senhor está mesmo a precisar. O
35 programa é mais vocacionado para crianças, mas de certeza que se abre uma exceção para o sr. deputado também a entrar. Em relação aos cuidadores, a vereadora Elizabete já esclareceu tudo o que havia a esclarecer, mas eu não podia deixar de vir aqui e lamentar que o PS, que é um partido fundador da nossa democracia, o partido de Mário Soares, o partido do Jorge Sampaio, o partido de José Sócrates (não este não), tenha enveredado pela política de fake news, pela política do ouvir dizer, pela política do diz que diz que ouvi uma
40 técnica a falar com a senhora do café, que falou com não sei quem e depois vai para as redes sociais causar stress, a ansiedade às pessoas que precisam efetivamente deste programa. Eu se fosse a Mariana Mortágua, diria aqui que a minha avozinha, coitadinha, ficou muito, ficou muito assustada. Não sou a Mariana Mortágua. Não vou dizer isso, mas a verdade é que há pessoas que ficam assustadas com este tipo de desinformação. E isto não é prestar um serviço à comunidade. Isto é prestar um desserviço à comunidade. É usar e usar o
45 sofrimento das pessoas, usar o mal, a fragilidade económica das pessoas para fazer política. E para fazer política, que não é alta, nem é média... deixo a vossa conclusão sobre o que é que ela é e mais uma vez, é para concluir também o nosso. O curso que vai ser implementado na Câmara de Gaia também vai falar sobre distinguir fake news da Real News. E convidava o senhor Vereador a inscrever-se e a frequentá-lo. -----

5 **Defesa da Honra do Senhor Vereador João Paulo Moreira Correia**, na sua intervenção, nesta intervenção ficou claro e notório para todos os senhores e as senhoras deputadas e quem nos acompanha aqui na Assembleia e remotamente, que o senhor deputado municipal que acabou de usar da palavra, dirigia se a mim? E a publicação e a denúncia que fiz nas minhas redes sociais, acusando essa publicação de falsidade, de fake news e, portanto, e pedindo para eu terminar com desinformação. Sinto que a minha honra está ofendida
10 nesse aspeto, porque se eu não puder defender, eu vou estar a ouvir um conjunto de intervenções. Esta é a terceira vez que fala sobre o assunto sem que me possa defender e repor a verdade. Como escrevi na publicação que fiz, a oposição não pode ser deixar de ter coragem para denunciar os erros que são cometidos por quem governa. O programa Gaia Cuidador foi interrompido e essa informação do fim do apoio pecuniário aos cuidadores informais apoiados pelo programa Gaia Cuidador, que existe desde 2021, foi transmitido numa
15 reunião com as técnicas sociais do município. Em segundo lugar, outra fonte de informação foram os próprios cuidadores que, com o decorrer do prazo e faltando informação sobre o pagamento da continuidade do pagamento pecuniário, contactaram a Câmara Municipal e a Câmara Municipal disse a cada um desses cuidadores que o que o apoio pecuniário tinha terminado. E por fim, muitos desses cuidadores preocupados e assustados dirigiram se ao balcão da Segurança Social, dizendo. Tudo isto que eu acabei de dizer e pedindo
20 uma ajuda suplementar à Segurança Social. Mas para quem ainda tem dúvidas de que isto é verdade, basta acompanhar as redes sociais e ver pessoas que dizem que telefonaram para a Câmara e obtiveram essa informação e também pessoas que dizem que tiveram essa informação por outras fontes. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes na sua intervenção, teceu breves esclarecimentos em relação à intervenção do senhor vereador João Paulo Correia. Já em circunstâncias
25 anteriores tive a oportunidade de lhe conceder a palavra. Agora parece-me que este abuso de utilizar a defesa da honra não pode continuar. Não pode continuar, porque essa figura não existe, nomeadamente quando não há honra ofendida. Portanto, não pode ser um subterfúgio para ultrapassar aquilo que o regimento obriga a que seja o presidente da Câmara ou quem substitua a dar a palavra ao senhor vereador. Mas em relação a esta matéria que está em discussão, um breve comentário ao Saldo de Gerência que está a ser discutido. Não é uma
30 discussão estritamente técnica, é uma discussão que tem uma vertente também eminentemente política. Se tem a ver com despesas, tem a ver com receita. Se a despesa. Se pode afirmar como realmente relativamente contida para permitir atingir este saldo. Ela seria muito mais bem contida se a gestão tivesse sido desenvolvida de uma outra forma. Durante a última década, por exemplo, se não se tivesse havido um elevado a despesa com pessoal, que é um dos principais itens de gestão e que é um item que tem a ver com a sustentabilidade da
35 gestão para valores que são quase um terço do orçamento da Câmara em função das receitas previsíveis. E, por outro lado, se a receita permite este saldo excelência e porque houve um boom explosivo desta receita, nomeadamente a partir de 2014-2015, que decorre de enorme esforço de obras estruturantes que foram feitas na década anterior: saneamento, vias estruturantes, reabilitação da costa do mar, da costa de Rio. De onde é que vem essa receita? Brutal? IMT, IMI? E onde é que estão essas casas? Estão na Avenida D. João II que não
40 existia. Estão na Avenida Eugénio de Andrade. Estão na Costa do Mar que estava abandonada. Estão na costa do Rio, entre Afurada e Canidelo. É aí que está a receita. Portanto, o saldo de gerência não pode ser visto olhando para números. Ele tem como consequência de políticas e, por outro lado, em relação ao passado, essa ação permanente do passado. E nós somos acusados de falar do passado recente. Os senhores falam sempre do passado. Um dia destes falam do passado do Parque Jurássico. Bom, mas eu não me importo de falar desse
45 passado. E volto a repetir porque tantas vezes repetirei, como dizia a Amália até que a voz me doa. Nós governamos o município nos piores anos da economia portuguesa e mundial do último século e meio. Os anos da crise subprime, os anos da bolha, que rebentou e rebentou com a economia americana e com a economia ocidental ligada às telecomunicações, que rebentou com o sistema financeiro internacional, que atirou a Europa para a desgraça e que trouxe a troika para Portugal e que começou quando o sr. Guterres foi embora,

5 que depois passou pelas restrições da Dra. Ferreira Leite, que depois passou pelos anos do engenheiro Sócrates e da troika. Foi nesses anos que nós governamos. Não foi nos anos de fartura. E foi nesses anos que nós fizemos um investimento brutal em Vila Nova de Gaia. O tal saneamento, a tal habitação social de milhares de fogos, as vias estruturantes, as escolas, tudo aquilo que os gaienses conhecem. É evidente que, face a uma quebra brutal das receitas que aconteceram em todo o país, no Estado, nos Estados que levaram os Estados como a Irlanda, como a Grécia, como Portugal, a situações penosas do ponto de vista financeiro, as autarquias, quase todas. A essa situação também. Quem estava num ciclo de muito grande crescimento e investimento evidentemente que teria de passar por problemas de tesouraria. Ninguém é milagreiro. Agora a obra estava aí, o investimento estava aí e a receita de que os senhores vieram a usufruir e que permite este salto de excelência. Estava aí em curso. Portanto, esta é a verdade. Eu alguma vez já disse aqui várias vezes que os senhores falam muitas vezes dessa situação de dificuldade de tesouraria. Ainda não vos disse? Ainda não vos vi aqui dizerem muito obrigado por terem feito 30 bairros para os pobres de Gaia. Reconhecemos que os senhores fizeram grandes vias estruturantes. Reconhecemos que os senhores reabilitaram sem mais de 100 escolas do ensino básico. Que fizeram cantinas e pré-escolar em todas as escolas. Que introduziram em Portugal as AEC's, os livros escolares gratuitos para todas as crianças que depois o Estado seguiu esse caminho? Que fizeram equipamentos desportivos em quase todas as freguesias que passaram a subsidiar a formação desportiva em várias modalidades por todo o concelho. Nunca vos vi a dizer isto. Ficava-lhes bem, porque eu não tenho nenhum problema de olhar para trás e dizer que câmaras socialistas, que fizeram bons trabalhos, que tiveram as suas dificuldades financeiras ou até de alguns que até alguns governos do seu partido, alguns do que aqui enumerei e que acabaram mal e que tiveram durante o seu mandato bons períodos e bons momentos e boas ideias e bons projetos para o país. Não me caem os parentes na lama para o afirmar. Agora, a análise deste documento não pode nem deve ficar estritamente numa fria análise de números. Os senhores falam de uma herança. Eu iria falar de outra da Vila Nova de Gaia onde a recolha de resíduos bateu no fundo, dos cento e tal milhões de euros perdidos da habitação social, dos quase 40 milhões de euros perdidos no PRR para a recuperação das escolas, do estado a que chegaram os transportes em Gaia e não quero falar mais disso. Agora os senhores vejam lá se se contém e quando quiserem falar do Parque Jurássico, falem da história dos dinossauros, mas não voltem a falar com esse tipo de discurso gasto, distorcido, incorreto, porque senão nós pagaremos na mesma moeda. E não era isso que nós queríamos. Nem é isso que os gaienses lá em casa querem. Querem que falemos do futuro. Querem que falemos dos nossos projetos e dos vossos projetos, a contestar os nossos e a pôr as alternativas em cima da mesa. É isso que os gaienses querem. Portanto, não vamos aceitar a levar tarefa de uma forma injusta sem responder na mesma moeda. Politicamente, como é, como é óbvio. -----

Ponto de Ordem à Mesa do Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) um ponto de ordem à mesa sobre a condução dos trabalhos, porque o senhor Presidente da Câmara Municipal suscitou aqui uma dúvida sobre a condução dos trabalhos e eu precisava de ser esclarecido relativamente a isso. É uma questão operacional mesmo. Eu creio que temos tempo. Por certo não esgotamos o tempo. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, temos o tempo para 01h00 é isso que está previsto para a discussão de todos os pontos que aqui estão na ordem de trabalhos. -----

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) O senhor presidente suscitou aqui uma questão que tem a ver com o abuso do direito de defesa da honra. E eu creio não estar enganado que o direito de defesa da honra não é suscetível de apreciação dos outros membros da Assembleia Municipal, nos termos do Regimento e, portanto, não cabe nem a deputados, muito menos a vereadores ou ao Presidente da Câmara apreciar a valia ou menos valia da evocação do direito de defesa de honra, especialmente quando é

5 tão evidente quanto a esta, porque foi uma acusação direta sobre uma falsidade ou uma pretensa falsidade. E, portanto, eu gostava que me esclarecesse, Senhor Presidente, se vamos passar a ter um regime na Assembleia Municipal em que, ao contrário do que é o regime geral, vamos policiar o direito de defesa da honra dos outros deputados. -----

10 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício:** Nos termos do Regimento, compete-me perceber se é atentatório ou não, e não percebi que fosse atentatório. Portanto, o senhor deputado, se quiser explicar que é atentatório, começa a contar o seu tempo e pode explicar o que quiser nos próximos cinco minutos, mas não vai usar a interpelação à mesa para fazer uma intervenção de natureza política. -----

15 **Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS)** Interpelei o sobre a condução dos trabalhos. Perguntei-lhe o que é que estava escrito nos termos, mas se o senhor presidente quiser ter essa atitude, vamos ter de discutir isto na conferência de líderes. Eu fiz uma pergunta direta sobre a condução dos trabalhos. Perguntei-lhe como é que vai funcionar a invocação do direito da honra nos termos do regimento. O senhor Presidente está a dizer que não me responde. É que está a tomar isto como nota. Eu não fiz uma afirmação política, fiz uma pergunta. -----

20 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício,** disse ao senhor Deputado para ler o regimento. Ler toda a legislação que explica tudo quanto é a defesa da honra. Desde a reunião passada, a anterior, quando Vossas Excelências me acusaram de não cumprir o Regimento de uma forma injusta e faltando à verdade, fui a ler a legislação toda e, portanto, senhor deputado, faça favor de ler a legislação. Se quiser amanhã, mande-lhe por email. Se não tem mais nada a perguntar, vamos prosseguir com os trabalhos. -----

25 **Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS)** eu vou lhe responder sucintamente por uma questão de gestão de tempo, mas vou lhe só fazer uma nota que eu acho que é relevante. É a segunda vez nesta Assembleia Municipal que o senhor Presidente chega ao lugar depois de se ausentar da sala e faz uma intervenção que não tem nada a ver com aquilo que foi dito anteriormente. Eu não falei em momento nenhum sobre o passado. O sr. Presidente está a invocar o passado, não sei a que propósito, porque nós falámos sobre o saldo de gerência. Apenas isso. O sr. Presidente não tem perdido uma oportunidade para invocar esse passado e eu percebo como ainda não tem nada para apresentar. Fala do passado, mas eu respeito a sua experiência como autarca. Fez certamente coisas boas. Aquilo que diz é parcialmente inverdade. Sim, porque o senhor Presidente diz: “Eu apanhei a crise do subprime”. O senhor presidente foi eleito em 1997. A crise do subprime foi em 2008 e chegou a Portugal em 2011, dois anos antes de o Sr. Presidente deixar o mandato. Portanto, não me vai justificar uma grave crise financeira internacional de 2011 para justificar as grandes dificuldades que teve. Porque o senhor Presidente fala em 30 bairros, mas esquece de falar do programa PER, esquece de falar do programa Polis, esquece de falar dos fundos comunitários para construir as tais vias estruturantes que atualmente não são financiadas. Portanto, Sr. Presidente, esquece-se convenientemente de toda a arquitetura institucional e financeira que durante esses anos, fruto da nossa adesão à Comunidade Europeia e aos anos em que mais fundos comunitários nós recebemos no país e que ajudaram não só a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, felizmente, e todas as outras, e reconheço-lhe a capacidade de utilizar esses instrumentos. Agora não venha fazer de conta que afinal, desde 97 tinha uma situação financeira desgraçada, porque não tinha senhor Presidente. E só faço esta nota porque todas as assembleias municipais, o senhor Presidente é a mesma coisa e eu tenho tido o cuidado de não falar sobre isso por uma razão simples porque, ao contrário do que o senhor presidente está a dizer aqui, nós só temos de falar de futuro e eu quero julgá-lo pelo seu mandato agora, porque os mandatos anteriores já foram julgados e eu

45

5 não preciso de falar sobre eles. Quero falar sobre o futuro e sobre o futuro quero é que nos fale dos compromissos que assumiu com os gaienses e que ainda não cumpriu. -----

10 **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes** questiona se o senhor deputado se lembra do que disse o Eng. Guterres quando foi embora que o país estava num pântano? A crise política e económica gravíssima, lembra-se que um governo do meu partido maioritário da Dr.ª Manuela Ferreira Leite cortou quase a metade o financiamento das autarquias locais. E cortou o IMI e o IMT, reduzindo a receita das autarquias. Brutalmente. E depois? A seguir veio de facto a troika. Portanto, foram dez ou 11 anos calamitosos. Eu, apesar de estar ali ao lado a respirar um bocado mais fundo ouvi o senhor a falar dos prazos de pagamento: não me venha dizer que não falou de passado. Para mim o problema está esclarecido e é que vamos em frente com todo o carinho e amizade e amor, que é o que é preciso e compreensão recíproca. Precisamos de paz, todos em época de crise do país. -----

20 **Senhora Deputada Ana Clara Nobre Durana (PSD)** referiu haver números que impressionam. E números que precisam de ser explicados. Fala-se hoje num saldo de quase 92 milhões €, mas um número, por si só, não conta a história toda. Uma parte muito significativa desse valor não traduz nova capacidade financeira, traduz execução adiada, traduz investimento que não foi concretizado no momento devido. Traduz encargos que transitaram porque não foram concretizados atempadamente e isso altera a leitura. Quando analisamos o orçamento seguinte, percebemos que o saldo não surge como uma margem confortável para novas opções estratégicas. Surge para acomodar encargos que transitam e para executar o que não foi feito quando deveria ter sido feito. O que este saldo revela, não é a abundância estrutural revela falhas de planeamento, revela a ausência e visão. Estratégia revela dificuldades em transformar a decisão política em execução efetiva. O que faltou foi concretização. E quando a concretização falha de forma repetida, isto tem um nome inércia. Porque gerir bem é executar no momento certo. Este saldo não representa prosperidade estrutural, representa atrasos acumulados e por isso é importante afirmá-lo com bastante clareza, este saldo não é folga financeira, é o retrato contabilístico da inércia. Gaia precisa de planeamento com visão, precisa de ação, com método. Precisa de governação com responsabilidade. Quando falta execução, o investimento atrasa e quando o essencial é sucessivamente adiado, o município fica para trás. Não há desculpas quando o planeamento não se transforma em obra. E também não há desculpas quando durante 12 anos se adiou o desenvolvimento que o concelho exigia. -----

35 **Senhor Deputado Mário João Oliveira Almeida Duarte (PSD)** referiu não ser muito saudosista, nem gostar de falar no passado, o futuro é o que preocupa mais. O passado socialista aqui nestes últimos 12 anos, não deixa muitas saudades. Se estivesse no lado de lá, ou em casa ou no público, ficaria a pensar então se sobrou dinheiro, porque é que este dinheiro não foi aplicado, por exemplo, a reparar as estradas, a reparar as escolas, pelo menos a tapar os buracos, porque quem é, infelizmente, motociclista ou automobilista, estas estradas são um calvário de todos os dias. Durante os 12 anos passados não vi nada a ser feito em relação a isto, portanto, nós podemos estar aqui com muita retórica, mas as pessoas estão lá em casa e aqui presentes, não ligam muito a estas questões retóricas, nem ligam muito a estas questões do passado ou o que quer que seja. Portanto, faça uma análise, sobrou assim tanto dinheiro? O dinheiro podia ter sido aplicado em relação às pessoas e a melhorar a vida das pessoas. -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação o Ponto 3.3. -----

- 5 **Votação:** Aprovado por Maioria, com 52 votos a favor (23 do PSD, 22 do PS, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 do LIVRE) e 05 abstenções (04 do CH e 01 da CDU).-----

3.4. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Despacho de Revogação dos Procedimentos de Recrutamento.”.-----

- 10 **3.7. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à abertura de Procedimento Concursal para constituição de reserva de recrutamento de trabalhadores em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado para a Carreira/Categoria de Assistente Operacional, área funcional de Ação Educativa”.-----**

- 15 **Com a devida autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes, o senhor Vice-Presidente Firmino Jorge Anjos Pereira, solicita, dado o adianto da hora e, a impossibilidade de discussão de toda a OT, proceder à retirada dos pontos 3.4 e 3.7.-----**

Foram retirados da Ordem de Trabalhos por Proposta da Câmara Municipal, os Pontos 3.4 e 3.7-----

3.5. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Procedimento Concursal para Provimento de Cargo de Direção Superior de 1.º Grau - Direção Municipal de Polícia Municipal e Segurança Pública - Aprovação da Composição do Júri de Recrutamento”.-----

- 20 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação o Ponto 3.5.-----**

Votação: Aprovado por Maioria, com 56 votos a favor (23 do PSD, 22 do PS, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU), e 01 abstenção do LIVRE.-----

- 25 **3.6. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto aos Procedimentos Concursais para Provimento dos Cargos de Direção Intermédia de 1.º, 2.º e 3.º Graus – Aprovação da Abertura dos Procedimentos e da Composição dos respetivos Júris de Recrutamento.”-----**

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação o Ponto 3.6.-----

- 30 **Votação:** Aprovado por Maioria, com 34 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU), 23 abstenções (22 do PS e 01 do LIVRE).-----

3.8. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Organização dos Serviços Municipais - Aprovação da Estrutura Nuclear e da Estrutura Flexível - Regulamento dos Serviços e Organograma”.-----

- 35 **Senhor Deputado Ricardo Filipe Mesquita Sequeira (CH) este documento merece uma reflexão séria, porque não estamos a discutir apenas um organograma, estamos a discutir o tamanho da máquina municipal, o custo da estrutura e, acima de tudo, as prioridades políticas deste executivo. E é precisamente aqui que surgem preocupações. Este novo modelo prevê três direções municipais, 24 departamentos no máximo 72 divisões. Não estamos a falar de ajuste técnico, estamos a falar de uma estrutura com potencial de mais de uma centena de cargos dirigentes, todos eles com remunerações acrescidas sob a chefia e despesas associadas. Isto levanta**

- 5 uma pergunta inevitável é este o momento para aumentar ou expandir a máquina administrativa? Ainda recentemente ouvimos o Executivo falar de dificuldades financeiras, as limitações orçamentais, a necessidade de rigor, mas a realidade é outra. Temos uma despesa corrente já muito elevada. Sabemos que cerca de 60% da receita municipal é consumida pelo funcionamento da estrutura e agora surge um modelo que não reduz, não simplifica, não racionaliza, pelo contrário, cria margem para crescimento, porque o documento não fixa
- 10 uma estrutura real, define limites máximos, ou seja, abre a porta ao longo do tempo. Sejam criadas mais divisões, mais chefias, mais cargos, sem que esta Assembleia tenha de voltar a pronunciar se. Isto não é apenas organização, isto é flexibilidade para aumentar a despesa estrutural no futuro. É mais um ponto que não pode ser ignorado. O regulamento determina a cessação das atuais comissões de serviço, dirigentes e chefias. Na prática, isto significa uma reconfiguração total da estrutura, sendo um procedimento legal, levantando a
- 15 mínima preocupação política. Estamos perante uma reorganização técnica ou perante uma reorganização com critérios de confiança política? Porque quando se substitui a estrutura dirigente, ao mesmo tempo a prestação pública importa. Senhor Presidente, Senhoras e senhores Deputados, o problema de Gaia não é a falta de organogramas. O problema de Gaia é uma máquina pesada, cara de manter e com uma despesa corrente muito elevada face ao seu investimento. O que este concelho precisa é de mais eficiência, mais simplificação e mais
- 20 controlo. Despesa estrutural e mais recursos libertados para o investimento e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Este documento segue o caminho contrário. Em vez de aliviar a estrutura, cria condições para a expandir. Em vez de conter a despesa permanente, aumenta a rigidez futura. Pergunta política é simples. Queremos um município mais ágil e eficiente ou um município cada vez maior, mais pesado e caro de manter? O CH defende que a prioridade deve ser eficiência, o controlo da despesa e a responsabilização na gestão dos
- 25 recursos públicos. Porque cada novo cargo dirigente, cada nova estrutura permanente, é dinheiro dos contribuintes. E esse dinheiro deve servir, antes de tudo, para melhorar a vida dos cidadãos e não para aumentar a dimensão da máquina. conforme documento em anexo (**vide anexo 13**).-----

- Senhora Deputada Aurora Marina Paula Ferreira e Teixeira (PS)** o Regulamento Municipal de Gaia foi aprovado esta segunda-feira por unanimidade, com a abstenção do PS. Relativamente ao novo organograma,
- 30 o PS optou pela abstenção porque entende que o método para chegar a um novo organograma não deveria ter sido este. Em campanha sempre defendemos um caminho diferente. Sempre sustentamos que as grandes decisões sobre a estrutura do universo municipal, câmara e empresas municipais deveriam ser objeto de um grupo de trabalho participativo, abrangente e transparente. Um grupo de trabalho composto por representantes dos partidos com assento na Assembleia Municipal, representantes de trabalhadores,
- 35 dirigentes e presidentes de Junta. Um grupo de trabalho que realizasse um diagnóstico sério, tirasse conclusões fundamentadas e apresentasse recomendações posteriormente sujeitas, obviamente, ao debate. Nesta, nesta, nesta Assembleia e na Câmara. Obviamente, esse grupo de trabalho deveria ter sido criado imediatamente após a tomada de posse. Com a transferência de competências para as Câmaras Municipais, o universo municipal de Gaia passou a ter praticamente o dobro de trabalhadores e colaboradores face 2021. Além disso,
- 40 a transferência de competências trouxe novos desafios e responsabilidades para o município. Decorrido tempo suficiente para avaliar o impacto dessa transferência, estando no início de mandato, esta seria a sede própria para avaliar um novo organograma, bem como para calcular e preparar técnica e financeiramente a contratação de novos trabalhadores para as áreas prioritárias e deficitárias. Um grupo de trabalho que olhasse com visão estratégica para os principais que Gaia desafia na próxima década. Por tudo isto, entendem que a
- 45 primeira abordagem a um novo organograma não deve ser meramente contabilística, reduzida a comparação de custos face ao modelo atual. E só para esclarecer quem nos ouve dizer que na última reunião de Câmara, o senhor vereador Fernando Machado afirmou que um novo organograma custa menos do que o atual. As nossas contas indicam exatamente o contrário. Senão vejamos. Comparativamente com 2025 e através de uma

5 contabilização simples, verificamos que o novo organograma para 2026 representa um custo adicional anual na ordem dos 169.000 €. Esta é, na perspetiva do PS, a verdade dos números. -----

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação o Ponto 3.8. -----

10 Votação: Aprovado por Maioria, com 29 votos a favor (23 do PSD, 03 da IL e 03 do CDS-PP), e 28 abstenções (22 do PS, 04 do CH, 01 do LIVRE e 01 da CDU). -----

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, disse dado a hora em que fizemos agora exatamente 03h00 de sessão, interrompemos esta sessão. Os restantes pontos ficam para a próxima reunião desta primeira sessão de 2026. -----

15 Para Ata Declaração de Solidariedade e Reconhecimento do Deputado Único da CDU, conforme documentos em anexo (**vide anexo 14**). -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, leu e deu como aprovada a Minuta de Ata, conforme documento em anexo (**vide anexo 15**). -----

20 Não havendo mais a tratar, o presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos, pelas **00 horas e 23 minutos**, do dia **13 de fevereiro de 2026**, sendo lavrada a presente ata, e que, depois de lida em voz alta, vai ser assinada pelo, o Primeiro Secretário da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

A Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício

(Ana Paula de Paiva Godinho da Silva Dias, Dr.^a)

25 O Presidente da Assembleia Municipal, em exercício

(Paulo Alexandre de Azevedo Pereira dos Santos, Dr.)